

# Plugin de acessibilidade para sites Governamentais

João Victor Pereira dos Anjos

Jan 2025

## Sumário

|          |                                 |          |
|----------|---------------------------------|----------|
| <b>1</b> | <b>Resumo</b>                   | <b>1</b> |
| <b>2</b> | <b>Introdução</b>               | <b>1</b> |
| 2.1      | Metodologia . . . . .           | 3        |
| 2.1.1    | Análise de Requisitos . . . . . | 3        |

## 1 Resumo

This is the first section.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam lobortis facilisis sem. Nullam nec mi et neque pharetra sollicitudin. Praesent imperdiet mi nec ante. Donec ullamcorper, felis non sodales..

## 2 Introdução

A palavra acessibilidade, sua origem etimológica é derivada do latim *accessibilitas* e significa “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2025).

No Brasil, a acessibilidade é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015) e por normas técnicas específicas, como a NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015). Essas legislações estabelecem parâmetros para a promoção da acessibilidade em espaços públicos e privados, visando a inclusão de pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e múltipla.

No âmbito digital a acessibilidade web é um pilar fundamental para a inclusão, garantindo que todos os usuários, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas, possam acessar, compreender e interagir com conteúdo online.(W3C, 2024).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como uma instituição pública, gerência uma grande quantidade de sites e portais, que são regularmente atualizados por diversas pessoas, como professores, pesquisadores, bolsistas e servidores, da qual chamamos de conteudistas. A diversidade de conteúdos e responsáveis torna o processo de garantia de acessibilidade primordial para atender a legislação e promover a inclusão digital.

Neste cenário o temos uma complexidade ao realizar auditorias manuais, que consomem tempo e recursos, e principalmente a falta de ferramentas centralizadas dentro da UFJF para aplicar o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (BRASILEIRO, 2021), conhecido como eMag, e as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (W3C, 2024), conhecidas como WCAG, visto que esse documentos estabelecem parâmetros técnicos para essa inclusão.

Em uma análise preliminar avaliando a presença de elementos de acessibilidade nos sites da UFJF, foi identificado que boa parte apresentavam falhas de acessibilidade, como imagens sem texto alternativo e baixo contraste de cores, limitando o acesso de usuários com deficiência visual. Além disso, a falta de padronização e de um processo de auditoria contínuo dificulta a identificação e correção dessas falhas, comprometendo a qualidade e a usabilidade dos sites.

Diante deste desafio, este artigo propõe uma solução técnica inovadora para o contexto da UFJF, baseada em um plugin WordPress de acessibilidade que integra tecnologias modernas de automação, análise técnica e processamento de dados. O sistema opera como um serviço independente, com suporte a regras WCAG 2.1/2.2 e eMAG, e é compatível com a API REST do WordPress, permitindo avaliações em tempo real e personalização de regras de acessibilidade.

A ferramenta não apenas otimiza processos técnicos, mas democratiza a fiscalização de acessibilidade, empoderando conteudistas não especialistas com dados claros e de fácil identificação. Este trabalho visa, portanto, contribuir para o debate sobre automação e inclusão digital, sugerindo um modelo que buscam alinhar-se às exigências legais e éticas da acessibilidade web, dentro do escopo do eMag, WCAG 2.1/2.2 e o contexto de cada organização.

## 2.1 Metodologia

A fim de divulgar as informações referentes aos seus setores e atividades a Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, através do Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional, CGCO, é responsável por controlar a disponibilização de sites, a padronização dos layouts e o suporte técnico. Para a sustentação desse serviço, é utilizado o CMS WordPress.

Diante deste contexto, torna-se fundamental a implementação de um sistema de auditoria automatizada de acessibilidade, que possa ser integrado ao WordPress e avaliar continuamente a conformidade dos sites com as diretrizes de acessibilidade WCAG 2.1/2.2 e eMAG. Para isso, a metodologia proposta neste trabalho é dividida em três etapas principais: análise de requisitos, desenvolvimento do plugin e avaliação da ferramenta.

### 2.1.1 Análise de Requisitos

A primeira etapa consiste na análise dos requisitos do sistema, com base nas necessidades da UFJF e nas diretrizes de acessibilidade WCAG 2.1/2.2 e eMAG. Para isso, a partir de reuniões com a equipe de TI e conteudistas, chegou-se a um conjunto de funcionalidades essenciais para o plugin, como: integração com o WordPress, avaliação em tempo real, suporte a regras WCAG 2.1/2.2 e eMAG, relatórios claros e simples, personalização de regras a serem avaliadas e a possibilidade de visualização de erros e sugestões de correção.

## Referências

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: [https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA\\_NBR-9050.pdf](https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf).

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2015. Disponível em:

;[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASILEIRO, Governo Federal. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. [S.l.], 2021. Disponível em:

;<https://emag.governoeletronico.gov.br/>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Glossário de Acessibilidade**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CARVALHO, Vinícios; CAGNIN, Maria; PAIVA, Débora. Avaliação de Acessibilidade de Web Sites de Governos Estaduais do Brasil. In: ANAIS do XIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação. Lavras: SBC, 2017. P. 116–123. DOI: 10.5753/sbsi.2017.6033. Disponível em:

;<https://sol.sbc.org.br/index.php/sbsi/article/view/6033>.

IETF. **JSON Web Token (JWT)**. [S.l.], 2015. Disponível em:

;<https://tools.ietf.org/html/rfc7519>.

LLC, Google. **Puppeteer**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em:

;<https://pptr.dev/>.

SYSTEMS, Deque. **axe-core**. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em:

;<https://github.com/dequelabs/axe-core>.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG22/>.